

política internacional do meio ambiente: avanços e entraves

Jefferson Marçal da Rocha

Doutorando em Meio Ambiente e Desenvolvimento-UFPR- (Bolsista Capes).

Email: jeffersonmrocha@bol.com.br (Mesa 2)

Palavras-Chave: Meio ambiente; Conflitos Internacionais; Ecopolítica.

1-Introdução:

“É apenas senso comum afirmar que para se garantir a paz deve-se eliminar as causas da guerra; entretanto, nem sempre se compreende que, para fazê-lo, o fluxo da vida tem que ser controlado na sua fonte”.

Karl Polanyi

Já faz mais de um quarto de século, que os problemas ambientais saíram das esferas locais e dos debates exclusivos entre ecólogos, biólogos, geólogos, etc, e se transformaram em problemas internacionais e *socioambientais*. Isto porque, é comprovadamente das relações produtivas da sociedade urbano-industrial, que se originaram, direta ou indiretamente, a maior parte dos problemas ambientais enfrentados na “modernidade” (Guimarães, 2001; Foladori e Tommasino, 2000). E não é só isso, é também a constatação, de que o sistema de produção de bens dos países industrializados afeta negativamente, o meio ambiente planetário, este, segundo o Relatório Brundtland (1991), direito de todos os seus habitantes, sejam aqueles que vivem nos países ricos, como nos pobres, desta e das gerações que virão (Rocha, 2000).

Nestes últimos trinta anos, com a crescente da globalização da economia, com a importância que as corporações transnacionais dos países ricos assumiram e com o crescimento da liberalização do comércio entre nações, levaram as propostas “ambientais” para uma tendência: as políticas de controle de emissões, denominadas comumente de “*end of pipe technologies*” (Foladori, 2001). Estas passaram a ser consideradas prioritárias na tentativa de resolver os problemas ambientais a níveis internacionais. Porém, os acordos que se referem aos problemas transnacionais, geralmente, seguem os interesses das corporações dos países desenvolvidos, e estes geralmente, são por alternativas paliativas, quando não contestáveis, como no caso do projeto Seqüestro de Carbono, que tenta compensar as emissões de gases

poluentes nos países centrais pela preservação de matas nativas em países subdesenvolvidos¹. Isso, a nível internacional, acaba por agravar o problema do aquecimento global, prejudica a manutenção da biodiversidade, aprofunda o desmatamento, polui os oceanos etc. Já os problemas de abrangência local, ficam fora dos acordos internacionais, mesmo que muitos deles sejam ocasionados diretamente por empresas transnacionais, ou indiretamente pela transferência de tecnologias poluentes, como: as contaminações dos cursos d'água, a poluição do ar, os lixos tóxicos, os produtos químicos nocivos à saúde, etc (Foladori, s/d).

Além disso, há uma tendência no discurso da sustentabilidade, em afirmar a possibilidade de se atingir um crescimento econômico sustentado, através dos mecanismos de livre mercado, sem contudo, justificar sua incapacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a “tradução” dos diversos processos que constituem os ambientes, - tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida- em valores e mediações possíveis de serem compensados pelos preços de mercado. Neste processo, a noção de sustentabilidade foi sendo vulgarizada até fazer parte, tanto dos discursos oficiais, como da linguagem comum. Porém, além do mimetismo discursivo, que o uso retórico do conceito gerou, não se definiu um sentido teórico e prático capaz de unificar as vias de transição para a sustentabilidade desejável (Leff, 2001), o termo passou a ser axiomático, estabelecendo normas a se cumprir, interesses a se alcançar, metas a se buscar (Raynaut et al, 2002). Esta pouca definição prática, se refletiu nas dificuldades de se conseguir, nos acordos internacionais que tratam da questão ambiental, os instrumentos jurídicos capazes de orientar a passagem de uma *sustentabilidade limitada* para uma *sustentabilidade efetiva*.

Assim alguns países desenvolvidos, se recusam a assinar acordos jurídicos, que lhes obrigariam a adotarem procedimentos efetivos de redução de poluentes. Pesa sobre esta lógica a via predominante do econômico-financeiro. Está nuvem negra de desesperança para os pobres do mundo e sobre o meio ambiente planetário (Leff, 2001).

Contudo, já faz mais de um quarto de século que os problemas ambientais saíram das esferas locais e regionais e se transformaram em questões internacionais (Montibeller-filho, 2001). Também, há um tempo equivalente, se sabe que as soluções não mais virão unicamente de aspectos técnicos/científicos, mas sim de decisões políticas. É sob este prisma que aqui se pretende analisar as dimensões políticas e internacionais, que os problemas ambientais atuais

¹ Para melhor análise deste projeto ver Sanquetta, 2002.

atingiram, especialmente nas últimas três décadas, época em que se considera que o embate entre desenvolvimento econômico e o meio ambiente, passou a fazer parte da agenda política das nações ocidentais (Leis, 1993); (Foladori, 1999); (Montibeller-filho, 2001). Aqui, compactua-se com Philippe Le Preste (2000, p. 16) na concepção que: “Os problemas do meio ambiente partem do político e finalizam no político”.

É preciso então, buscar mudanças urgentes, que fundamentem uma nova esperança para a manutenção efetiva das espécies vivas da Terra. E esta mudança, passa efetivamente, por novos acordos, onde as nações ricas passem a considerar, os pobres e os recursos naturais das nações subdesenvolvidas, como detentores do direito à vida.

2- O meio ambiente e a política internacional: para *além* das decisões ecológicas

Os problemas ambientais a nível internacional são tão variados e complexos que na maioria das vezes são tratados de forma genérica. As propostas para resolvê-los, quase sempre, são pouco viáveis, quanto a sua aplicação prática, geralmente, são um misto de boas intenções com obviedades conceituais (Rocha, 2001). Mas nem por isso são menos importantes e/ou polêmicos. Prova disso, é a repercussão que uma declaração em conjunto feita por renomados cientistas das mais diversas áreas do conhecimento, em novembro de 1992, teve no público em geral. Estes, em síntese, propuseram medidas a serem adotadas pelos governos atuais, para evitar a “colisão” entre homens e natureza. Medidas que se constituíam em resolver problemas contemporâneos, não só ambientais, mas das mais variadas áreas, como: a rarefação da camada de ozônio, a poluição atmosférica, as chuvas ácidas, estabilizar o crescimento demográfico, eliminar a pobreza, respeitar o direito das mulheres à regulação produtiva, controlar as operações militares, diminuir as injustiças sociais, expandir a educação nos países pobres, etc. A questão neste caso, ao contrário da ironia com que foi recebida por alguns setores intelectuais e parte da *mídia*, é saber se estas intenções correspondem à definição efetiva dos problemas ambientais, ou manifestam outros interesses, ou ainda, perspectivas ideológicas (Le Prestre, 2000). Nota-se, que para estes cientistas, a maioria das degradações ambientais resultam das atividades econômicas e das relações sociais. Neste sentido a politização é legítima e inerente ao domínio de ambientalistas/políticos, ao invés de ser só um problema estritamente de ecologistas (Castells, 2000).

Não se deve negar, porém, que o conhecimento científico sobre os desgastes ambientais, facilita a tomada de decisões, contudo, muitas vezes, decisões políticas são postergadas justamente por indefinições e incertezas científicas sobre as reais ameaças que os recursos naturais sofrem. O perigo neste caso é que, “[...] não existe problema que uma falta de decisão não termine, á longo prazo, por resolver” (Henri Queuille – citado por Le Prestre, 2000, p. 32).

Na questão ambiental, geralmente, protelações de decisões, por falta de comprovações científicas, originam desgastes ambientais irreversíveis. A utilização dos rios para descarte de resíduos industriais e urbanos, por exemplo, foi, na maioria dos casos, uma opção motivada pelo desconhecimento das consequências, que estes descartes teriam, num futuro próximo.

Já, de um outro lado, há uma outra corrente – constituída de biólogos e ecólogos, especialmente- que deploram a politização dos problemas ambientais, estes se fundamentam apenas em análises científicas da degradação, sem questionarem as relações de causa e efeito destas degradações. Destes, alguns acreditam, que só será através de comprovações científicas que poderá vir “consensos” nas questões ambientais, e outros, estes em maior número, pregam soluções, partindo-se apenas de aspectos biológicos, e quase sempre condenam “qualquer” utilização que os seres humanos façam dos recursos naturais. Não distinguindo, o consumo supérfluo da sociedade urbano-industrial, da agricultura e caça de subsistência que populações autóctones fazem nas florestas tropicais e na Amazônia, por exemplo.

Por outro lado, como agravante, à globalização tem redimensionado o papel do mercado mundial, submetendo os Estados nacionais a uma lógica econômico-financeira inerente aos interesses nacionais. A Organização Mundial do Comércio (WTO inglês) tem nos seus propósitos, eliminar cada vez mais as tarifas e outras barreiras, com o objetivo de liberar o acesso aos mercados nacionais. Esta lógica, naturalmente, favorece as grandes corporações transnacionais e debilita, cada vez mais, o poder dos estados nacionais de gerirem seu próprio meio ambiente. A conversão da Organização Mundial do Comércio (WTO), em um foro de deliberações, quanto às questões ambientais, tem gerado polêmicas. Nos EUA em 1989, por exemplo, foram utilizados “critérios ambientais” para a proibição da importação de carne e produtos bovinos da comunidade européia, alegando que na criação deste gado, eram utilizados hormônios ainda não regulamentados pela legislação americana. Paradoxalmente, nesta mesma época empresas norte-americanas, pressionaram a WTO para que fossem abertos os mercados europeus, para os produtos transgênicos. Nisso, aspectos ambientais passaram a

servir a interesses comerciais. Nestes, e em muitos outros casos “ [...]la desregularización de la economía lleva a que las corporaciones transnacionales tengan mayor poder sobre los gobiernos nacionales, utilizando a sus intereses las reglamentaciones ambientales (Foladori, s/d, p. 8)

A dinâmica capitalista ao mesmo tempo que, não pode evitar o aumento da pobreza e a crescente diferenciação social, aprofunda o acesso desigual aos recursos naturais, além disso as melhoras ambientais derivadas de tecnologias verdes e limpas, se convertem em e melhoras para um número restrito de pessoas e/ou países. Cada vez menos, crianças das futuras gerações, terão chance de encontrar no planeta o meio ambiente encontrado pelos seus avós e pais. Por outro lado, os resultados do uso de tecnologias cada vez mais sofisticadas no controle de desgastes ambientais, não seguem o critério da neutralidade científica, pois são controladas de maneira elitista, por corporações transnacionais que dirigem os institutos e laboratórios de investigações, direta ou indiretamente através de subsídios para as universidades (Foladori, s/d).

Assim, acredita-se que a única forma democrática de gerir os recursos ambientais do planeta frente aos efeitos negativos do sistema produtivo da sociedade urbano-industrial [...] es la participación de la población en la toma de decisiones sobre el tipo de energía e tecnología a utilizar[...]. Esta democratización participativa está lejos de poder ser implementada en las sociedades capitalistas, como lo demuestra el peso económico y político que tienen los complejos industrial-militar, tan distantes de los intereses populares cuanto cercanos y responsables por las tecnologías que crearan los accidentes y daños ambientales más impactantes desde la bomba atómica para acá (Foladori, s/d,p. 12).

3- A gestão dos bens coletivos internacionais

A gestão dos bens coletivos se constitui um dos centros da problemática da utilização dos recursos naturais, tanto a nível internacional como a níveis locais. A tragédia dos bens comuns, parte da antítese proposta por Adam Smith em *A Riqueza das Nações*. Este acreditava que a busca individual da satisfação geraria a felicidade de todos, pela regulação da famosa “mão invisível” do mercado. O individualismo egoísta de cada ser humano na busca do *seu* bem estar, para Smith, seria capaz de alocar eficientemente as riquezas –produtos, bens e serviços-, gerando o bem estar comum. Para o “pai” da economia : “Todo indivíduo está continuamente esforçando-se para achar o emprego mais vantajoso para o capital que

possa comandar. É sua própria vantagem, de fato, e não a da sociedade, que ele tem em vista. Mas o estudo de sua própria vantagem, naturalmente, ou melhor, necessariamente, leva-o a preferir aquele emprego que é mais vantajoso para a sociedade” (Smith, 1981,p. 202,- publicado pela 1ª vez em 1776-).

Na concepção da tragédia dos comuns, essa premissa é falsa. Num sistema produtivo competitivo, os recursos naturais de uso comum jamais serão devidamente preservados, caso não haja uma regulação na sua utilização, especialmente, pelo dinamismo desenfreado pela lucratividade, imposto pelo fomento das relações de trocas do atual momento do sistema capitalista- a globalização-. Daí a necessidade de intervenção na gestão dos recursos naturais. Neste contexto, seria só o Estado, que teria os mecanismos eficientes para esta gestão, já que os interesses individuais, por mais nobres que sejam, não trazem a perspectiva “de um bem comum”, falsamente pregado pela teoria de smithiana. De outra forma, os interesses individuais são incompatíveis com a gestão eficiente dos recursos de uso comum (OLSON, 1999).

Hardin (1968) explica, com um exemplo simples, esta questão: imagina-se uma área de pastagem, em que diversos criadores se utilizam para a criação de seus rebanhos, é natural que estes adicionem cada vez mais animais, simultaneamente, na busca de maiores rendimentos. A lógica neste caso, é que aquele que não se utilizar mais rapidamente dos pastos, terá perdas em relação aos demais. Esta estratégia individual, de cada um dos criadores, levará os pastos a um desgaste tão grande que a médio e/ou longo prazo, todos acabarão se arruinando.

A nível internacional, os oceanos são o exemplo clássico deste dilema, pois a sua exploração, esta sujeita à dinâmica da tragédia dos bens comunais. Na falta de acordos internacionais, cada nação, teoricamente, teria interesse, por exemplo, de pescar tanto peixe quanto fosse possível, antes que outros o façam.

Neste sentido, as leis de livre do mercado, incentivam a superexploração dos recursos marítimos. A competitividade imposta pelo sistema capitalista dificulta qualquer tipo de aliança, principalmente, quando estão em jogo os interesses de grandes conglomerados empresariais dos países centrais. Em síntese, tanto á nível regional como internacional, o consumo em conjunto de determinado bem, ou pode diminuir a quantidade disponível para todos, ou pode ser concorrencial, se o consumo desse bem por um ator afetar o nível de consumo dos demais.

Destarte, as soluções para a tragédia dos bens comunais só poderão surgir de intervenções políticas. É o Estado, e não outro agente, que deverá resolver o dilema da tragédia dos bens comunais, basicamente por dois motivos: a iniciativa privada está prisioneira da lógica da concorrência; e os custos de pesquisas em benefício social só poderiam ficar a cargo do Estado, por puro desinteresse privado em pesquisas que não se revertissem em lucros imediatos. Eximir o Estado desta responsabilidade é um dos mais graves erros, do atual sistema neoliberal.

As conseqüências a médio e longo prazo são previsíveis, ou seja, o esgotamento “breve” dos recursos finitos. O petróleo, neste sentido, é o mais destacado deles. A “mão invisível” de Adam Smith é uma ilusão! Uma falsa quimera, a qual os protagonistas- os habitantes do mundo ocidental- foram iludidos, pela pregação de economistas liberais.

Destarte, a margem da polêmica entre a gestão privada e pública, ainda há uma outra questão pertinente: quais as bases, as quais os interesses comuns devem ser definidos? E quem os definirá? Em outras palavras: como identificar o interesse público e quem deve fazê-lo? Estas são questões tradicionais da filosofia política. Nisso, há apenas um consenso, as respostas não são únicas, pois dependerão das tradições filosóficas e políticas, da cultura, da época histórica, da organização da sociedade e/ou da riqueza econômica de cada Nação (Rocha, 2000).

Ainda, afora as questões filosóficas, a problemática da questão ambiental a nível internacional, ainda se torna mais complexa pela ausência de uma autoridade central/universal. Já que a ONU, cada vez mais, perde seu espaço político, para os interesses dos governos dos países centrais, especialmente os Estados Unidos da América, que diante da problemática ambiental internacional, tem sido irreversível, pois, para o governo americano, os interesses *dos americanos* são incompatíveis com os “*do resto do mundo*”, especialmente se estes ameaçarem o “estilo americano de viver”.

Salienta-se que é as soluções milagrosas são uns engodos. Não há panacéia. Os acordos entre Nações na maioria das vezes são pontuais ou paliativos, quanto não desrespeitado, por um ou outro governo. É preciso, então, que se institua entidades legítimas que tenham a incumbência e o poder de intervir na gestão adequada dos recursos ambientais de uso comum. O problema político, neste caso, consiste em encontrar critérios, que facilitem as decisões mais adequadas para a preservação de recursos finitos e de interesse comum, isto é, determinar, que tipo de imposições deverão ser mais convenientes para a perpetuação de

um recurso natural de uso comum, e que se acredita, deve ser deixado como herança para as crianças que estarão aqui num futuro próximo (Le Prestre, 2000).

4- Os dilemas internacionais do desenvolvimento e do meio ambiente

Os anos 60 do século XX marcam o início de um novo ecologismo a nível mundial. Até esta década, a visão que prevalecia na questão ambiental era a preservacionista, oriunda ainda dos movimentos ecologistas surgidos no século XIX nos EUA, e que tinham como concepção única: a proteção irrestrita das áreas consideradas com atributos ecológicos e estéticos excepcionais. Por esta concepção, se deveria preservar as áreas naturais da lógica imposta pela racionalidade urbana industrial, já comprovadamente depredadora, isolando-as para visitação turística e/ou de pesquisas. Foi esta corrente que incentivou a criação dos parques Nacionais nos EUA² e também na grande maioria dos países do ocidente. A idéia principal desta concepção era a preservação da vida considerada “selvagem” que estava, segundo seus idealizadores, ameaçada pela sociedade urbano-industrial (DIEGUES, 2000).

Já os movimentos ambientalistas da década de 1960, surgiram com outras reivindicações sociais e políticas, além daquelas estritamente ligadas a preservação ambiental. As “agitações” estudantis de 1968, principalmente nos EUA e na Europa impunham várias bandeiras, entre elas a da questão ecológica, o do antimilitarismo, a dos direitos das minorias, a do pacifismo, a do amor livre, entre outras. Enfim, era na verdade uma crítica ao quotidiano das sociedades urbano-industriais do ocidente, consideradas, já na época, opulentas e consumistas, por estes “novos” movimentos sociais.

Há quem acredite. que estes movimentos, marcam o início das atuais, e “modernas” críticas ao sistema econômico capitalista, agora motivadas, não mais só pelos inevitáveis desajustes sociais que ele provoca, mas também pelas já constatáveis depredações no meio ambiente, tanto a níveis regionais como globais.

Este “novo ecologismo” teve vários expoentes, entre teóricos e ativistas, nos EUA, por exemplo, foi inspirado nos escritos de Henry D. Thoreau e do poeta Gay Snyder, que, numa visão próxima à marxista consideravam as árvores tão exploradas como os proletários, também por Barry COMMONER (1971), que condenava a tecnologia moderna como sendo a principal responsável pelos problemas ambientais; por Rachel CARSON (1962), no seu

² O parque *Yellowstone*, o mais antigo do mundo, foi criado em 1872 no território dos índios Crow, Blackfeet e Shoshone-Bannock (DIEGUES,2001).

clássico e polêmico livro *Silent Spring*, em que condena veementemente o uso de biocidas; por EHRICH (1971) e sua teoria da *bomba populacional*, numa volta aos preceitos malthusianos, por O' CONNOR (1988) e a tese da segunda contradição do capitalismo, que é provocada na relação entre o funcionamento do sistema econômico e suas externalidades (Diegues, 2001; Leff, 2001).

Na Europa o movimento ecologista iniciado pelo francês Pierre Fournier propunha basicamente duas soluções para os problemas ambientais contemporâneos: práticas produtivas menos poluentes (tecnologias doces) e a “volta ao campo”, esta última, uma clara inspiração nas comunidades *hippies* da época (Diegues, 2000; Foladori, 1999).

Foram vários os movimentos ativistas que, a partir daí, surgiram com a intenção de preservar os recursos naturais que ainda restavam no planeta. Estes movimentos se basearam em basicamente três teorias, todas desenvolvidas entre os anos 1960 e 1970: a Ecologia Profunda, idealizada em 1972 pelo filósofo norueguês Arne Naes, que considera que a vida humana e não humana têm valores intrínsecos independentes do utilitarismo imposto pela racionalidade ocidental. Com isso, os seres humanos *não* têm direitos maiores que outras espécies que fazem da Terra seu habitat. A proposta, neste caso, era por mudanças estruturais na economia, na tecnologia e na ideologia da forma dos seres humanos se relacionarem entre si e com a natureza; a Ecologia Social, cujo maior expoente é Murray Bookchin que, em 1964, no seu livro *Ecology and Revolutionary Thought*, acusa a acumulação capitalista como a força motriz da devastação dos recursos naturais do planeta; e o Eco-Marxismo, cujo principal teórico, Moscovici, em 1969 escreveu *La Société Contre Nature*, livro de grande influência nos agitados movimentos sociais da época. Moscovici não aceita a concepção dos marxistas clássicos que vêem na análise de Marx uma natureza já dada e, portanto, uma simples mercadoria. Propõe um novo naturalismo na qual a sociedade desabrocha na natureza, e esta passa a ser uma realidade aberta, onde o homem pode se desenvolver sem destruí-la. Com isso, Moscovici evoca uma nova utopia, na qual é necessário, não um retorno à natureza, mas uma mudança na relação homem/natureza, não mais uma separação, mas uma aliança, uma unidade (Diegues, 2000).

Apesar das controvérsias teóricas tanto na interpretação da crise ambiental, como na sua gravidade e nos procedimentos para sua solução, se pode afirmar que há pelo menos uma constatação: os problemas ambientais se encontram sobre três grandes temáticas: a superpopulação, os recursos naturais finitos e os dejetos do consumo (industrial e pessoal). Em síntese estes três problemas se unem a um único denominador: os limites físicos que

sociedade humana se defronta para se reproduzir. Assim a crise ambiental surge “ [...] de la sociedad humana [e são] resultado de la organización económica y social de la misma; y que cualquier problema aparentemente externo se presenta *primero* como un conflicto al interior de la sociedad humana”(Foladori, 1999, p. 93) (Grifo do autor)(Acréscimos Jefferson Marçal da Rocha).

Assim, a problemática ambiental da atualidade é o reflexo da complexa relação histórica entre sociedades humanas e a natureza a sua volta. Neste sentido, se pode concluir que o termo “natureza” oferece uma reserva inesgotável de significados simbólicos. Salienta-se que há uma relação das capacidades humanas, quanto à ampliação simbólica das representações da natureza numa mesma ordem social e sobre a necessidade da sociedade de protegê-la (Thomas, 1975 In:Lange Jr). Neste sentido, também Sachs (1996) se refere à importância da influência da ação do homem em relação à natureza e a si mesmo, no processo de utilização do meio natural. Em outras palavras, a cultura de cada sociedade afeta a relação homem/natureza, ou seja, a relação homem-homem modifica a relação homem-natureza, e os resultados desta relação afetam o futuro de ambos. Desta forma, é possível perceber o quanto é dinâmico a relação da sociedade com a natureza e o quanto esta relação homem-homem, pode definir o futuro dos recursos naturais de cada região e também do planeta.

Assim as definições do que sejam “problemas ambientais”, por exemplo, dependem de fatores: geográficos, demográfico, históricos, culturais, religiosos, científicos, econômicos, políticos e sociais que formaram cada sociedade. Ou seja, meio ambiente é uma construção social. Ele remete a diferentes noções e prioridades, conforme se viva na América do Norte, na Europa ou no Brasil, por exemplo, ou seja, se percebe o meio ambiente em função das condições econômicas e sociais dos indivíduos que vivem e/ou se utilizam dele. Deve-se considerar, então, que a análise da absorção de impactos de um ecossistema dependerá não só das características biológicas dos seus recursos naturais, mas também do nível de poluição que esta sociedade concorda em aceitar (Raynaut et al.,2002).

Os valores internos de cada sociedade, em função de suas prioridades, cultura, história, etc, é que determinam os custos econômicos e sociais das medidas de prevenção ou reabilitação dos desgastes ambientais provocados pelas suas atividades produtivas. E estes, nem sempre, vão ao encontro dos interesses dos atores internacionais que tratam das questões ambientais (Le Prestre,2000).

5- A questão ambiental: os avanços e os entraves pós-conferência de Estocolmo

Entre os pesquisadores, políticos e ambientalistas há quase uma unanimidade: A Conferência de Estocolmo³, realizada em 5 de junho de 1972, representou um marco, tanto na popularização da problemática ambiental, como nas estratégias propostas e/ou adotadas depois dela, pelos agentes envolvidos nesta questão. A partir daí, em quase todas as partes do mundo, a questão ambiental passou a fazer parte das agendas políticas. À parte suas deficiências, foi notável a influência que as questões debatidas neste evento tiveram nas políticas ambientais dos governos, tanto dos países centrais como periféricos.

Para Le Prestre (2000), por exemplo, foram quatro os principais fatores que motivaram a conferência sobre meio ambiente em 1972 na capital Sueca, e que definitivamente consolidou o que ele denomina de Ecopolítica Internacional -a preocupação socioambiental com o ambiente planetário-: 1º) a constatação científica de que as ameaças à biosfera atingiam um caráter irreversível, especialmente em relação à qualidade das águas disponíveis para consumo e às mudanças climáticas; 2º) catástrofes com repercussão internacional mobilizaram movimentos ecologistas em todos os países, especialmente nos ricos. O grande público, destes países também, começou a sensibilizar-se, embora em menor grau, com o desaparecimento de comunidades autóctones de algumas regiões dos países subdesenvolvidas; com as rápidas modificações nas paisagens naturais e com os acidentes ambientais nos mares; 3º) o rápido crescimento econômico do pós-guerra deixou duas consequências graves nos países periféricos: a transformação profunda no modo de vida das populações tradicionais, e o aumento significativo do êxodo rural, e como consequência destes, um inchaço acelerado das zonas urbanas e, por último; 4º) a constatação de que os problemas ambientais não poderiam mais ser resolvidos nos limites nacionais. As chuvas ácidas, a poluição dos mares, a acumulação de metais pesados e pesticidas nos rios e mares extrapolavam as fronteiras, indicando que as soluções só poderiam se dar pela cooperação Internacional.

Foi nesta conferência também, que as Organizações Não Governamentais- ONGs- ambientalistas passaram a ter um papel importante nas estratégias políticas que envolviam o meio ambiente e o desenvolvimento. O fórum paralelo das ONGs, realizado concomitante com a conferência oficial, acabou se constituindo num forte mecanismo político, ao

³ A conferência de Estocolmo foi a maior conferência mundial até ali realizada, reuniu representante de 113 Estados, mesmo que boicotada pela União Soviética e os países do leste europeu em protesto pela

pressionar os delegados dos governos participantes nas tomadas de decisões que envolviam especialmente a utilização dos recursos naturais de áreas consideradas de relevante interesse ambiental para a humanidade, como a Amazônia brasileira e a Mata Atlântica.

Nessa conferência veio à tona uma outra divisão que, passava a se configurar no mundo contemporâneo atual, não mais a divisão de um leste comunista e um oeste capitalista, que alimentou uma luta ideológica e uma “guerra fria” dispendiosa nos trinta anos pós-segunda guerra mundial, mas sim um outro fosso, o que separava os países do Norte, ricos e os do Sul, pobres. Estes últimos, se mostravam inquietos, diante da possibilidade da “questão ambiental” acabar por impor limitações, nas suas estratégias de crescimento acelerado, que tinha sido a tônica das décadas que procederam ao pós-guerra.

A posição do governo brasileiro, por exemplo, foi de desconfiança quanto aos reais objetivos da conferência. A suspeita recaía sobre duas questões: a possibilidade da perda de gestão dos recursos naturais do Brasil; e o temor de que os países ricos houvessem criado mais um obstáculo à elevação do país para o estágio de “desenvolvido”. Meta, que o governo de ditadura militar da época, acreditava estar próxima, pois se baseavam justamente na vantagem competitiva do país em absorver a demanda de indústrias poluidoras, que começava a ser descartada nos países ricos. A declaração de um senador do nordeste, que anos mais tarde, por um acaso político⁴, viria ser presidente do país reflete esta posição; “Que venha a poluição, desde que as fábricas venham com ela”, exultava José Sarney”(Dean, 1996, p. 307).

Esta discussão, trazida pelos países na época denominados de “em desenvolvimento”, só não malogrou os resultados da conferência de Estocolmo pela habilidade do seu secretário-geral, Maurice Strong, que tomou a iniciativa de forjar um consenso prévio, por meio de reuniões técnicas/políticas preparatórias, que antecederam os debates finais.

Desta conferência, apesar das muitas indefinições, resultou uma postura nova, a nível internacional, sobre a questão ambiental. Seus principais resultados, mesmo que normativos, demonstraram um avanço, e podem ser resumidos em oito itens: 1º) Os Estados participantes reconheceram a existência de um problema em comum: o meio ambiente do planeta. Com isso deveriam passar a incentivar políticas de desenvolvimento menos degradantes; 2º) Mesmo, após algumas resistências, a conferência de Estocolmo fez com que

ausência da Alemanha Oriental, que não fazia parte da ONU. Não obstante, suas decisões tinham a pretensão de serem aceitas mesmo pelos países não participantes.

os dirigentes dos denominados países em desenvolvimento se sensibilizassem para a responsabilidade de preservação de suas riquezas naturais; 3º) Na “Declaração de Estocolmo sobre Meio Ambiente” ficou estipulado 26 princípios que orientariam a comunidade internacional nas suas futuras ações no âmbito ambiental. Os objetivos principais destes princípios eram quatro: a- o “Homem” fica com o dever solene de proteger e melhorar o meio ambiente para as gerações presentes e futuras; b- os recursos naturais devem ser preservados para esta e para as futuras gerações; c- Deve ser mantida a capacidade de reprodução dos recursos renováveis para o futuro; d- a flora e a fauna devem ser preservadas por serem patrimônio da humanidade; 4º) Por pressão dos países em desenvolvimento, ficou estipulado que o crescimento econômico, nestes países, seria a precondição para melhoria da qualidade de vida, e um remédio para a degradação do meio ambiente; 5º) Foram reafirmadas as soberanias dos Estados na exploração de seus recursos naturais, porém, estes deveriam seguir normas acordadas na política ambiental internacional. Ficaram rejeitadas também as políticas uniformes de desenvolvimento concebidas pelos países industrializados, até a década de 1960, em outras palavras, as particularidades locais deveriam ser levadas em conta nas estratégias, tanto de desenvolvimento como de preservação ambiental; 6º) Foi constituído o “Plano de Vigilância” coordenado pelo Pnuma contento as seguintes cláusulas: 1) gestão do meio ambiente - definição e planificação de objetivos e acordos internacionais; 2) medidas de apoio às atividades econômicas nos acordos internacionais; 3) formação, organização, informação ao público, financiamento e 4) cooperação técnica entre países; 7º) Criação de um fundo voluntário para financiar programas de pesquisa; 8º) Criação de um mecanismo institucional para coordenar as atividades da ONU no âmbito das questões ambientais.

Porém, a extensão efetiva das medidas de proteção e de cooperação internacional na questão ambiental após a conferência de Estocolmo, foi no entanto, mais difícil do que se supunha. Três problemas fundamentais surgiram, já nos primeiros anos após sua realização: o primeiro deles foi à incerteza quanto à gravidade dos problemas ambientais⁴, pois se supunha existir avanços maiores do que realmente existia; o segundo, eram os desníveis de desenvolvimento entre os países, que faziam com que os interesses econômicos,

⁴ José Sarney, candidato a vice-presidente numa aliança política, acabou se tornando presidente do Brasil, pois o presidente eleito em 1984, Tancredo Neves, morreria antes de tomar posse.

⁵ Sobre estas incertezas da comunidade científica ver o polêmico artigo “Los Fantasmas Del Planeta” de Frederico I. Isla (1998) e também o livro lançado a pouco : *O ambientalista cético- Revelando a real situação do mundo-*, do estatístico dinamarquês Bjorn Lomborg (2001). Este foi criticado não só por ambientalistas, mas também por renomados cientistas, por apresentar dados em favor da crença do autor. Foi também condenado pelo Comitê dinamarquês como uma desonestidade científica, contudo não deixa de ser polêmico.

principalmente dos países do sul, ainda em estágios de subdesenvolvimento, prevalecessem nas decisões em que envolviam questões ambientais, e terceiro, os Órgãos Internacionais Governamentais (OIGs) passaram a fixar objetivos irrealistas em relação aos desgastes ambientais, e assim, ao traçarem propostas grandiosas tornavam-nas inatingíveis. Também, muitos destes órgãos, tinham a tendência de tentar influenciar todas as fases das políticas públicas nacionais, especialmente dos países periféricos, desde a identificação do problema até a avaliação das políticas implantadas. Isto conflitava com a soberania dos Estados.

Mesmo assim, admite-se que aumentaram, após a conferência de Estocolmo, a cooperação e a conscientização ambiental tanto nos países do Norte, como nos países periféricos (Le Prestre, 2000). Contudo esta não é uma constatação unanimemente aceitável.

Por que há uma diferença entre as contaminações que ocorrem nos países ricos, das ocorridas nos países pobres, enquanto, por restrições ambientais, os habitantes do primeiro mundo vivem em um ambiente menos contaminado diretamente, e assim podem se preocupar com os problemas de efeito global de longo alcance, como o aquecimento global, o buraco na camada de ozônio e a perda da biodiversidade, os países pobres sofrem com problemas ambientais locais criados pelas Corporações Transnacionais, que atraídas pela pouca pressão dos movimentos ambientalistas nestes países, *levam para os pobres* os lixos tóxicos, os efeitos químicos da agricultura, a contaminação dos rios e a poluição atmosférica.

Destarte, admite-se que os avanços pós-conferência de Estocolmo se deram a níveis nacionais, diplomáticos e jurídicos. A nível nacional a proteção do meio ambiente se institucionalizou na grande maioria dos países, criaram-se órgãos estatais, sobretudo nos países ricos; criaram-se agências e ministérios ligados à questão ambiental. O debate sobre a questão ambiental se acelerou, significativamente, também entre a sociedade civil, após a conferência de 1972. No âmbito diplomático, foram realizadas mais três conferências logo após a de Estocolmo, com objetivo de criar dinâmicas políticas em domínios que, até então, não tinham sido contemplados. A primeira destas conferências foi realizada em 1976 e procurou cobrir as questões humanas, a segunda realizada em 1977 tratou das desertificações e uma outra, também neste ano, tratou da questão das águas. Contudo, estas conferências mundiais não obtiveram avanços em pontos consideradas chaves: a reestruturação nas relações entre países do Norte e do Sul, como esperavam os países periféricos. Por isso seus resultados práticos foram medíocres.

Estes desdobramentos apenas demonstraram dois fatos: o primeiro era vontade da comunidade internacional de enfrentar as ameaças principais da condição da vida humana na

terra; e o segundo, intimamente ligado a este era a incapacidade de se definir propostas concretas diante da dinâmica capitalista. A conclusão principal era de que não se podia mais simplesmente esperar que as degradações atingissem níveis incontroláveis.

A percepção de que a Terra era como uma “nave espacial” prestes à “naufragar” [na “visão”, que a população mundial teve do planeta terra na conquista da Lua em 1969] se tornou um marco fundamental da constatação da finitude dos recursos do planeta. Esta, foi para alguns, as imagens que mudaram consideravelmente a maneira pela qual a humanidade começava a se perceber e a reconhecer os limites do planeta que habitava.

O reconhecimento da fragilidade do planeta terra, aliado a interdependência entre os problemas sociais e os recursos naturais, contribuíram para privilegiar um enfoque mundial dos problemas relativos ao meio ambiente. Com isso, várias instituições foram criadas e, sobretudo, uma dinâmica transnacional nova emergiu, cujas consequências políticas se tornarão claras, somente no decorrer dos anos seguintes (Le Prestre, 2000).

No entanto, o conflito árabe-israelense e as tensões Leste-Oeste dos anos 1980, limitaram as ações mais concretas na questão ambiental, como isso, o número de conferências ligadas esta questão caiu, consideravelmente, durante os nove anos de 1984 a 1992.

Apesar dos esforços, a dinâmica internacional em favor do meio ambiente parecia consideravelmente enfraquecida, dez anos após a conferência de Estocolmo. Em 1982, no segundo aniversário do Pnuma, seus dirigentes perceberam que não haviam conseguido avançar nas propostas para a solução da problemática ambiental. A constatação, desolada dos dirigentes do próprio Pnuma, era de que os problemas ambientais haviam piorado durante esta década.

O fracasso da conferência de Cancun, em 1981, aumentou a amargura nas relações entre países do Norte e os do Sul. Os países periféricos, ainda em estágio de pobreza avançada, se viram forçados a renunciar às reformas econômicas, que eles consideravam necessárias, para atingirem níveis adequados de desenvolvimento em nome das questões ambientais. Isto era visto, por muitos de seus dirigentes e por grande parte da população destes países, como uma forma injusta de compensar as degradações já ocorridas no planeta em função da riqueza dos países do Norte (Souza,2000).

Além disso, nas decisões para investimentos em países em desenvolvimento, as instituições financeiras internacionais insistiam sempre na concepção tradicional do desenvolvimento econômico, em que o crescimento e o aumento dos agregados macroeconômicos eram os sinais que definiam a riqueza das nações. Em tal contexto, a Carta

Mundial da Natureza, redigida pela União Mundial pela Natureza (UICN) e aprovada pela Assembléia Geral da ONU em 28 de outubro de 1982, não parecia constituir senão um conjunto de desejos piedosos. Por isso mesmo, foi pouco levado a sério pelos governos tanto dos países ricos como dos países pobres.

Na Europa, a crise econômica do continente também impelia os cidadãos a atribuir menos importância ao meio ambiente. Ali, bem como nos Estados Unidos, tornava-se cada vez mais claro que o mais fácil havia sido feito e que todo o progresso substancial, a partir de agora, teriam custos mais elevados. E o fato, é que, não se sabia quem iria arcar com eles (Le Prestre, 2000).

Um dos episódios marcantes desta fase, e que constituiu uma simbologia significativa entre a comunidade internacional, foi a negação do relatório Global 2000, pelo então presidente americano Ronald Reagan, que havia sido elaborado na administração de seu predecessor. Reagan tomou a iniciativa de negar tanto a aplicação da legislação sobre a proteção ambiental, posta em prática pela administração do presidente Nixon, como o sistema proposto pela ONU. A postura do governo Reagan na questão ambiental era por métodos voluntaristas baseados nas leis de mercado. Numa postura radical, decidiu também, suprimir a contribuição americana ao Pnuma (que mais tarde foi restabelecida, em parte, pelo congresso americano) e abandonar a Unesco.

Notava-se que comunidade internacional estava neste período, mais preocupada em questões como a economia internacional, que dava sinais de crise, as tensões entre leste-oeste e com o controle dos armamentos nucleares, principalmente nos países do oriente, do que com o meio ambiente do planeta. Assim, a questão ambiental, ficou toda uma década relegada a um distante segundo plano.

A ausência de um impacto concreto das conferências mundiais realizadas na década de 1970 causou decepção aos ambientalistas. A falta de uma direção firme de certos Estados, especialmente dos Estados Unidos, fez com que houvesse um certo afastamento das preocupações ambientalistas que haviam surgido na década de 1960.

Foi só a partir de 1987 que se renovou, e até, sob certos aspectos, ampliaram-se às agendas ambientalistas. Durante a segunda metade da década de 80, as questões relativas ao meio ambiente se instalaram no primeiro plano da atividade diplomática. Os princípios conservacionistas contidos na Carta Mundial da Natureza, alguns dos quais já inseridos na Declaração de Estocolmo e nas Estratégias de 1980, se firmaram de maneira crescente – mesmo que desigualmente – no seio das políticas internacionais e nacionais de

desenvolvimento. A necessidade de proteção dos habitats, e não mais somente das espécies individuais, a utilização de melhores tecnologias, a necessidade de efetuar estudos de impactos e o direito do público à informação e à participação, passou a fazer parte dos princípios conservacionistas da agenda ambiental a nível internacional.

A institucionalização da proteção ambiental a nível mundial a partir desta época, se deve à constatação de novas catástrofes. Surgiram indícios concretos da crescente rarefação da camada de ozônio, das mudanças climáticas e do empobrecimento da biodiversidade. Como consequência houve quedas dramáticas, nas capturas de peixes, além de secas e inundações. Mas o fato marcante, que ficaria no imaginário da sociedade global, transformando as questões ambientais em problema internacional, e alertando, de que os perigos ambientais eram de caráter mundial, foi o acidente com um reator nuclear da usina de Chernobyl, na Ucrânia em 1986.

Também a atitude do governo Reagan, ignorando quase que por completo os problemas ambientais suscitou o surgimento de inúmeras ONGs, especialmente nos países ricos. Cada vez mais as ONGs ambientalistas se voltavam contra a política americana e contra os critérios do Banco Mundial para financiamentos aos países pobres. As estratégias da ONGs ambientalistas assumiam um caráter internacional (Le Prestre, 2000; Souza, 2000, Montibeler-Filho, 2001).

Com isso o ambientalismo se institucionaliza como novo movimento social (Castells, 2000). Os grupos locais emergem em todas os países, e passam a reunir indivíduos que antes tinham pouco interesse em política. O ambientalismo permite assumir um caráter global nas suas reivindicações, e também exprimir uma oposição política às estruturas dominantes do sistema capitalista. Se, porém, aumentam sua estatura e seu papel graças a uma atividade diplomática mais vigorosa, os meios de que dispõe continuam bastante abaixo de seus propósitos. As questões principais passam a concentrar-se em como diminuir as poluições industriais, como reconciliar crescimento, conservação e qualidade de vida, enfim como resolver o dilema entre desenvolvimento econômico e a conservação do que restou do meio ambiente do planeta (Castells, 2000).

Surge assim uma nova reflexão sobre as relações entre as questões ambientais e o poder do Estado, sobre o papel dos grupos sociais marginalizados e sobre o papel do mercado na promoção de políticas de desenvolvimento durável. Além de ser um objeto, o meio ambiente se torna cada vez mais um instrumento de lutas políticas. Tanto nos países do Norte como do sul, o meio ambiente não é mais uma simples questão técnica e científica, passa

também a estar intimamente ligado a outras questões importantes: o futuro das relações Norte-Sul, o sistema internacional de produção e a exploração dos recursos naturais (Floriani, 2000).

Assim: “As soluções propostas para os problemas do desenvolvimento e do meio ambiente devem visar um equilíbrio entre o crescimento, a equidade, a conservação e a democracia. Não se pode conservar os recursos naturais e ignorar os direitos dos Estados ou os habitantes, que vivem deles ou no meio deles. O Meio ambiente não pode ser dissociado de outros objetivos econômicos, sociológicos ou políticos, sustentados pelas sociedades”(Le Prestre, p. 38).

6- À guisa da conclusão

A diferença econômica, entre os países do Norte (ricos) e os do Sul (pobres), é o maior entrave sobre as intenções dos do Sul de participar dos acordos de proteção ambiental. Tais diferenças são fonte tanto de conflitos históricos e ideológicos, como objeto de vinculação entre as questões ambientais e de desenvolvimento. Os países do Sul têm, muitas vezes, a tendência de perceber só desígnio obscuro e maléfico atrás de toda iniciativa ambientalista proveniente do Norte. Na Rio 92, Fidel Castro, numa declaração polêmica, que lhe é peculiar, exprime esta concepção, ao responsabilizar as “potências imperialistas ” do Norte pelos maiores problemas ambientais do planeta. Quando afirma:

Elas (referindo-se a nações do norte) envenenaram os oceanos e os rios; contaminaram a atmosfera. Empobreceram a camada de ozônio e abriram nela um buraco, saturaram a atmosfera com gases tóxicos...Não se pode condenar o Terceiro Mundo por este estado de coisas porque, ainda ontem, seus países não eram senão colônias. Eles continuam a ser saqueados e pilhados por uma ordem econômica injusta” (Fidel Castro In: Le Prestre, 2000,p. 251) (Acréscimos Jefferson Marçal da Rocha).

Por seu lado os do Norte, particularmente os EUA, suspeitam que o Sul queira “minar” seu modo de vida: “[...] o modo de vida americano não é negociável”, dirá George Bush, também na Rio-92.

Assim as relações Norte-Sul, no domínio ambiental, navegam entre o escolho de um imperialismo verde, por parte dos países ricos, e de um “seqüestro do meio ambiente” dos países do Sul. A perspectiva de um perigo em comum não bastou para superar divisões históricas. Enquanto não existir uma autoridade suprema a nível supra-nacional, e devido ao

caráter transnacional de numerosas questões ambientais, os Estados se obrigam a fechar acordos bilaterais, pois estes, muitas vezes dependerão da realização dos seus objetivos tanto a níveis nacionais, como internacionais. Em tal contexto, a teoria dos jogos, pode oferecer instrumentos úteis para compreender, numa base racional, o comportamento de cada Estado participante. O modelo de interações estratégias é representado, nesta teoria, pela estrutura dos jogos denominado, “dilema do prisioneiro”, este se divide em: Dilema da tragédia dos bens comunais; O dilema da aversão comum e o “Enganador”. Nestes diferentes jogos, o fim é estabelecer a credibilidade dos compromissos. Para o modelo dos bens comunais, isto se dá pela confiança, pela colaboração, estimulados pela aversão comum; pela coordenação, para o enganador; pela imposição (por exemplo, ameaça de sanções negativas). Esses diferentes tipos de “cooperação” darão origem a diferentes tipos de arranjos. Também estes modelos indicam que existem situações de interdependência dos ganhos, nas quais todos os atores têm a vantagem de colaborar para atingir um objetivo mutuamente vantajoso e/ou evitar uma catástrofe. Com esta finalidade as análises de cooperação internacional se voltaram para a adoção de regimes. Distinguem-se três tipos de regimes: regimes essencialmente regulamentares, aqueles que privilegiam a enunciação e a aplicação de regras de ação; regimes de gestão, que insistem nos procedimentos a seguir para se chegar a escolhas coletivas e regimes programáticos, que visam encorajar projetos comuns entre os Estados.

São três também os enfoques que procuram explicar a formação dos regimes: o enfoque realista, que tem como ponto de partida a onipresença e a inevitabilidade dos conflitos, e que, portanto, é impossível se perseguir interesses comuns; o enfoque liberal, literalmente o oposto do enfoque realista, admite que há mais ordem e regularidade no sistema do que se imagina, e assim se pode conciliar o interesse nacional com o interesse comum, e o enfoque cibernético, este agrupa perspectivas diferentes, que na sua maioria insistem sobre a informação, a regulação e os efeitos retroativos como fatores importantes na formação dos regimes internacionais (Le Prestre, 2000).

Por fim se observa que a cooperação, por mais desejável que seja, não é a única solução para muitas questões ambientais. Nem as soluções necessitam de ações globais. A interdependência dos problemas não traz consigo a interdependência das soluções. Também se têm que salientar que os Estados, comumente têm a opção entre diversas estratégias de adaptação, algumas das quais são exclusivamente nacionais, e outras podem necessitar de cooperação. Neste caso, o caráter transnacional dos problemas ambientais, que é imposto pela geografia, a física e a interdependência política, força os atores internacionais e os Estados em

particular, a colaborar na medida em que a perseguição de seus objetivos depende de ações dos outros atores do sistema.

Incorporar o marco ecológico em decisões econômicas e políticas, efetivamente, é mais que uma mera reivindicação ambientalista é uma necessidade biológica, caso se queira manter-se a vida viável na Terra. Com isso, é preciso reconhecer que as consequências ecológicas, do modo como a população utiliza os recursos naturais do planeta, deve ser associada ao padrão de relação entre seres humanos.

Aqui não há ilusão! Para a “sustentabilidade viável” se têm que vincular intimamente os problemas do meio ambiente com os de desenvolvimento, pois os primeiros são a simples expressão da falência de um determinado estilo de desenvolvimento imposto ao mundo ocidental (Guimarães, 2001).

Para Guimarães (2001) :

“A compreensão adequada da crise pressupõe, portanto, que esta diz respeito ao *esgotamento de um estilo de desenvolvimento ecologicamente depredador, socialmente perverso, politicamente injusto, culturalmente alienado e eticamente repulsivo*. O que está em jogo [o jogo de nossas vidas e das que virão!] é a superação dos paradigmas de modernidade que defendem a orientação do processo de desenvolvimento. Talvez a modernidade emergente no terceiro milênio seja a modernidade da sustentabilidade, na qual o ser humano volte a ser parte, antes de esta à parte, da natureza.”(Guimarães, 2001,p. 51-52)(Grifos do autor) (Acréscimo Jefferson Marçal da Rocha)

Para finalizar, acredita-se que só será através da ecopolítica internacional que a humanidade terá a capacidade de continuar a viver coletivamente. Pois se, em muitos casos, a ciência nos ajuda a determinar o universo das opções possíveis, é a política que determinará suas escolhas. Até por que o projeto unificador que pretendia unificar o mundo está morto [...] el Díos único, la Idea absoluta, la unidade de la ciência y la globalización del mercado. La historia se abre a una diversidad de modos de vida y racionalidades de la natureza y por los sentidos del tiempo” (LEFF, 2000, p. 67)

7-Referências Bibliográficas

BRÜSEKE, Pressão modernizante, Estado territorial e sustentabilidade. In: CAVALCANTE, C. *Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas*. São Paulo: Cortez, 2001.

- BRUNDTLAND, G.H. *Nosso Futuro Comum*. 2 ed., Rio de Janeiro:FGV, 1991.
- CASTTELS, Manuel. A Era da informação: Economia, Sociedade e Cultura- *A Sociedade em Rede*. Volume 1. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo A história e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira*. São Paulo : Companhia das Letras, 1996.
- FLORIANI, Dimas. Diálogos interdisciplinares para uma agenda sociambiental:breve inventário do debate sobre ciência, sociedade e natureza.In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente- Teoria e Metodologia em Meio ambiente e desenvolvimento-*. Curitiba: Editora da UFPR, número 1 jan./jun. 2000, p. 21-40.
- FOLADORI, Guillermo. Los límites del desarrollo sustentable. Montevideo-Uruguay:Ediciones de La Banda Oriental,1999.
- _____. Modernización ecológica y globalización. Mimeo, s/d.
- _____. e TOMMASINO, Humberto. El concepto de desarrollo sustentable treinta años treinta años después. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente – Teoria e Metodología em Meio Ambiente e Desenvolvimento*. N. 1, 2000, p. 41- 56.
- GUIMARÃES, Roberto. A ética da sustentabilidade e a formulação de políticas de desenvolvimento. In:VIANA, G. ; SILVA, M; DINIZ, N. *O Desafio da Sustentabilidade –Um debate socioambiental no Brasil*, São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001, p. 43- 71.
- ISLA, Federico. Los Fantasmas del planeta. In: Ciencia Hoy, s/d.
- LANGE JR. Francisco Lothar. O Zoneamento em APAS: Um novo enfoque. In: *Discussão Sobre as áreas de proteção Ambiental – APAS-*. Seminário realizado em 17 de dezembro de 1996. Curitiba-PR, dezembro de 1996.
- LEFF, Enrique. Espacio, Lugar y Tiempo: la reapropiación social de la natureza y la construcción local de la racionalidad ambiental. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente- Teoria e Metodologia em meio Ambiente e Desenvolvimento*. Curitiba: Editora da UFPR, n 1, 2000, p. 57-70.
- _____. *Saber Ambiental- Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, poder*. Petrópolis-RJ: Vozes, 2001.
- LE PRESTRE, Philippe. *Ecopolítica Internacional*. São Paulo:editora Senac, 2000
- LEIS, Héctor Ricardo. Ambientalismo e relações internacionais na Rio 92. *Lua Nova*, n 31, p. 79-90,1993.
- LOMBORG, Bjorn. *O ambientalista cético. Revelando a real situação do mundo*. Rio de janeiro: Campus, 2002.

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

SANQUETA, Carlos Roberto et al. *As florestas e o Carbono*. Curitiba, 2002

MONTIBELLER-FILHO. Gilberto. *O Mito do Desenvolvimento Sustentável-meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2001.

OLSON, Marcur. *A Lógica da Ação Coletiva- Os benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos sociais*. São Paulo: Edirota da USP, 1999.

SOUZA, Renato Santos de. *Entendendo a questão ambiental- Temas de economia, política e gestão do meio ambiente*. Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, 2000.

RAYNAUT, Claude et al. O Desenvolvimento Sustenta'vel Regional: O que proteger? Quem Desenvolver?. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente em busca da Interdisciplinariedade- Pesquisas Urbana e Rurais*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2002.

ROCHA, Jefferson Marçal. A Sustentabilidade Ambiental e Economia de Livre Mercado: A impossível conciliação. In: *Estudos do Cepe- Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, jan./dez. 2002, p. 127- 144.

_____. A Gestão dos recursos Naturais: Uma perspectiva de sustentabilidade baseada nas aspirações do “Lugar”. In: *Estudo & Debate*. Lajeado-RS: Editora da Univates, 2000, p. 167-188.

_____. As limitações disciplinares diante da problemática ambiental: os novos pressupostos da Ciência. In: *Redes – Ecologia, economia e região*. Santa Cruz do Sul-RS: Edunisc, jan/abr. de 2002, p. 35-50.

_____. A História Brasileira Nunca Antes contada: Resenha do Livro “A Ferro e Fogo: História e a Devastação da Mata Atlântica Brasileira. IN: *Estudo & Debate*. V. 9 n. 1, Lajeado-RS: 2002.